



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão da

Justiça  
para os devidos fins.

Em 19/03/14

Renato  
Venício de Maria Lúcia Rodrigues  
Chefe do Núcleo Consultas Técnicas

Ao Deputado JULIANA M. SOUSA

para relatar.

Em 20/3/14

Alcides  
Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

**GAB. DEP.ª JULIANA MORAES SOUZA**

---

Parecer nº \_\_\_\_/2014

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre o Projeto de Lei nº 47/2014.

**EMENTA:** PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO DEPUTADO MERLONG SOLANO. DISPÕE SOBRE A ~~PREFERÊNCIA~~ ~~OBRIGATORIEDADE~~ DE ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO ESTADO DO PIAUÍ ADOPTAR EM SEU ANO LETIVO, NO MÍNIMO 1/3 (UM TERÇO) DOS SEUS LIVROS PARADIDÁTICOS DE AUTORES PIAUIENSES. PARECER FAVORÁVEL PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE, PERTINÊNCIA E LEGALIDADE.

## **I. RELATÓRIO**

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 47/2014, de iniciativa do Deputado Merlong Solano, propondo que as escolas públicas e privadas do Estado do Piauí, nos ensinos infantil, fundamental e médio, adotem 1/3 dos seus livros paradidáticos do ano letivo de autores piauienses, de acordo com a proposta pedagógica de cada instituição escolar, que terá liberdade e autonomia para escolher livremente os livros que serão utilizados.

É o relatório.

## **II. PARECER DA RELATORA**

Verifica-se que o verdadeiro intuito do presente Projeto de Lei é valorizar a literatura, cultura e costumes locais, através da leitura dos jovens estudantes do Piauí que poderão aprender mais sobre nosso Estado, prestigiando os autores piauienses.



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

**GAB. DEP.ª JULIANA MORAES SOUZA**

Essa preocupação se coaduna com os princípios da Lei Estadual nº 5.464/2005, que há quase dez anos defende a literatura brasileira de expressão piauiense e o presente PL certamente dará maior efetividade e visibilidade também a essa Lei já existente e infelizmente pouco lembrada.

Saliente-se, por oportuno, que o objeto do PL em análise é bastante aplicado em outros Estados da Federação, tendo a Paraíba, por exemplo, através da Lei nº 9.536/2011, servido de base para o Projeto em epígrafe.

Do aspecto jurídico, legal e constitucional não há nenhuma objeção posta, inclusive a própria Constituição Estadual, em seu Art. 226, inciso IV prevê que o Poder Público desenvolva ações que conduza ***“ao conhecimento da realidade piauiense, através de sua literatura, história e geografia”***, previsão Constitucional Estadual que é ratificada no Parágrafo §1º do mesmo Artigo, onde determina que as escolas públicas e particulares promovam ***“o ensino de literatura piauiense”***.

### III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto-me **favoravelmente** pela legalidade, constitucionalidade, juridicidade e pertinência do Projeto de Lei nº 47/2014.

É o parecer.

À apreciação.

Sala das Comissões, Teresina/PI de de 2014.

**Juliana Moraes Souza**  
Deputada Estadual  
Relatora - CCJ

NO LUGAR DA PALAVRA OBRIGATORIEDADE QUE  
SEJA SUBSTITUÍDA PELA PALAVRA PREFERENCIAL (cojuntiva)

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

APROVADO A ...  
em 25 de 06 de 14  
*[Assinatura]*  
Presidente da Comissão  
sustitua a Administração

Página 2 de 2